



CLÁUDIA PEREIRA

Bacharel em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com pós-graduação em Antropologia pela UNB. Em 1981, associou-se à Candango Promoções Artísticas através da qual produziu, dirigiu, roteirizou e atuou em filmes, peças teatrais e shows musicais. Em 1991, fundou a Gabinete C, agência de propaganda que este ano comemora 22 anos criando campanhas publicitárias premiadas e consolidando marcas fortes.

cpereira@brasiliaemdia.com.br

O BRASIL ESTÁ PERDENDO A NOÇÃO DO VERNÁCULO.

CONFUNDEM DEMOCRACIA COM DEMAGOGIA. DIREITO COM VONTADE PESSOAL.

A DEMOCRACIA, POR EXEMPLO, É UM CONJUNTO DE REGRAS E PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE UM GOVERNO.

JÁ OS DEMAGOGOS SE UTILIZAM DO APOIO POPULAR PARA CONQUISTAS AMBICIOSAS E CORRUPITAS DE PODER E SEUS DISCURSOS SIMULAM VIRTUDES COM OBJETIVOS ESCUSOS.



Fontes: Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino, in: Dicionário de Política; Logos - Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia; Antônio Houaiss, in: Dicionário da Língua Portuguesa.

PALAVRAS INVERTIDAS O Brasil está perdendo a noção do vernáculo. Tem gente que confunde autoridade com autoritarismo. Democracia com demagogia. Direito com vontade pessoal. Justiça com direito privado. Ideologia com bandidagem. Liberdade com fazer o que dá na telha. Neste cenário de inversão, as palavras perdem o sentido, as ideias ficam frouxas e as atitudes, caóticas. Para entender melhor o significado desses conceitos e seus reflexos no nosso dia a dia, fui buscar em dicionários e enciclopédias a melhor definição para esses substantivos que orientam as práticas políticas e sociais nos dias de hoje.

AUTORIDADE Substantivo feminino que significa o direito de poder ordenar, decidir, atuar e se fazer obedecer; a autoridade pode ser entendida como uma superioridade oriunda de um status que faz com que alguém ou uma instituição tenha esse direito e esse poder. É o caso dos membros do governo de um país ou dos representantes do poder público. Ambos têm autorização oficial para realizar ou fazer algo, desde que seja em defesa do bem-estar da sociedade.

AUTORITARISMO Diferentemente da autoridade, que é revestida de um conjunto de práticas previstas nas leis, o autoritarismo é imposição e dominação. Autoritarismo é um sistema político que concentra o poder e leva à ditadura, ao despotismo, à opressão e à tirania. Portanto, exercer a autoridade sob as regras das leis e da justiça não é autoritarismo, mas uma contingência do exercício do poder numa democracia. Praticar autoridade num regime democrático é um dever do governante que deve coibir toda forma de violência contra a sociedade e o próprio Estado.

REGRAS A democracia, por sua vez, é um conjunto de regras e procedimentos para a constituição de um governo e para a formação das decisões políticas que abrangem toda a comunidade, e não se submete a uma determinada ideologia. Na teoria política contemporânea, as definições de democracia sugerem um conjunto de regras, entre elas a importância da função legislativa, que deve ser preenchida por membros diretamente eleitos pelo povo. Também deve haver outras instituições com dirigentes eleitos, entre eles os governantes e chefes de Estado. Todos os cidadãos que tenham atingido a maioridade devem ser eleitores e todos os eleitores devem ser livres para votar segundo a sua própria opinião e reais alternativas de escolha. Outro aspecto importante das regras democráticas é que nenhuma decisão tomada por maioria deve limitar os direitos da minoria.

DEMAGOGIA No contraponto da democracia está a demagogia, uma forma de poder imoral exercida em nome das multidões. Os demagogos se utilizam do apoio popular para conquistas ambiciosas e corruptas de poder e seus discursos simulam virtudes com objetivos escusos. Os demagogos manipulam sentimentos e excitam paixões, aliciam o consenso e a adesão das massas populares aos seus objetivos que não correspondem aos reais interesses do povo. A demagogia é uma praxe política que se apoia na base das massas, estimulando suas aspirações irracionais e elementares, desviando-as da sua real e consciente participação na vida política.

DIREITO Por sua vez, o direito é tudo aquilo que é facultado a um indivíduo ou grupo de indivíduos por força das leis ou dos costumes. O direito abrange todas as normas que governam a vida social no sentido do que é justo. Na teoria do Estado ou da política, o direito abrange um conjunto de normas de conduta e de organização que regulamentam as relações fundamentais para a convivência e sobrevivência do grupo social, tais como relações familiares, relações econômicas, relações políticas. Essas normas visam o impedimento de ações que possam levar à destruição da sociedade e têm como objetivo a manutenção da ordem e da paz social. Portanto, o direito não é a expressão de uma vontade pessoal. O direito visa a coletividade e tem como objetivo a manutenção da ordem e da paz social.

LIBERDADE A Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia nos ensina que "(...) o homem adulto domina o próprio agir e sabe orientar a sua existência (...)". Nesse sentido, a liberdade opõe-se a todos os infantilismos e a toda alienação. Um homem é tanto mais livre quanto mais responsável for e a liberdade será maior quanto mais leis e justiça houver. Em última instância, a noção de liberdade pertence aos campos da ética, da moral e da política. O conceito de liberdade refere-se com maior frequência à liberdade social e está protegido por direitos legalmente definidos e pelos deveres correspondentes. Segundo Rousseau, "(...) os homens são livres na medida em que, livremente, cumprem sua obrigação (...)". Portanto, liberdade não é a expressão de um voluntarismo ou um desejo egoísta, mas a expressão de maturidade, de responsabilidade e compromisso com as regras que regem a coletividade.

ENQUADRAR Nestes tempos de black blocs, depredações e constrangimento, cabe ao governo assumir sua autoridade e coibir a violência de forma clara, objetiva e sem demagogia. Ao Congresso compete aprovar leis que coibam baderneiros e vândalos, independentemente das ideologias e de seus grupos de apoio político. A justiça deverá enquadrar aqueles que, de forma imatura, desafiam as leis e as regras e usam, de maneira equivocada, as suas liberdades políticas. Se o Estado fizer uso adequado da sua autoridade e arbitrar as leis e as regras disponíveis promovendo justiça, certamente as liberdades políticas serão exercidas de forma madura, a liberdade de expressão será praticada com responsabilidade e a democracia poderá estimular a criação de uma sociedade madura e alicerçar a paz social. Finalmente o vernáculo será restituído, para o bem da língua pátria e da cultura nacional.